

MC (OK)
PP ()
DOC. GERAL ()

N.º 456 - junho de 1988

Aconteceu

ÍNDIOS: NOVO MASSACRE

(Última página)

Foto de Guilherme Pinto



Famílias ocupam terrenos no Rio (Pág. 12)

Nota da Redação

Aconteceu semanal é uma publicação do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI) dedicada ao acompanhamento das lutas encaminhadas por diversos setores populares. As notícias da semana estão agrupadas nas seções Trabalhadores Rurais, Trabalhadores Urbanos, Índios, Educação Popular e Igrejas, que compreendem os programas básicos de atuação do CEDI.

O ACONTECEU trabalha com notícias veiculadas durante a semana pelos principais veículos de comunicação do país (jornais e revistas) vinculadas aos temas básicos dos programas relacionados acima

É pretensão ainda do ACONTECEU dedicar parte de seu espaço para as informações fornecidas diretamente pelos leitores ou pelas pessoas que atuam direta, ou indiretamente, nestes programas. Assim gostaríamos de contar com a colaboração de todos que igualmente se identifiquem com a nossa proposta, que tem a única e exclusiva intenção de se colocar a serviço dos movimentos populares.

São assinantes do ACONTECEU lideranças indígenas, sindicatos urbanos e rurais e demais órgãos de classe, comissões pastorais, comunidades de base, missionários, operários, camponeses e tantos outros.



Assinatura Anual: CZ\$ 400,00
US\$ 60,00 (América Latina);
US\$ 85,00 (América do Norte);
US\$ 100,00 (Europa, Ásia e
África).

Envie junto com seu pedido um
cheque nominal ou vale postal para
CEDI-RJ

N.º 456 - junho de 1988

**CEDI Centro Ecumênico
de Documentação
e Informação**

Rua Cosme Velho, 98 Fundos
Telefone: 205-5197
22241 - Rio de Janeiro - RJ

Av. Higienópolis, 963
Telefone: 825-5544
01236 - São Paulo - SP

Editor

Xico Teixeira

Editora assistente

Ligia Dutra

Composição

Katia Simões

Produção Gráfica:

José Truda Jr.

Lúcia Carrera

Fotolitos e impressão

Tribuna da Imprensa

Assine o Boletim Aconteceu

Publicação semanal com um resumo das principais
notícias veiculadas pelos órgãos de imprensa do país.

Assinatura anual CZ\$ 400,00

América Latina US\$ 60,00

América do Norte US\$ 85

Europa África e Ásia US\$ 75

Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ Cep. _____ Est. _____

Telefone: _____ Profissão: _____ Idade: _____

Paga a sua assinatura através de cheque nominal para o
CEDI - Centro Ecumênico de Documentação e Informação
Rua Cosme Velho, 98 - fundos - CEP 22241 - RJ

Conselho de Publicações

Invaldo Padilha
Ary da Costa Pinto
Carlos Alberto Correia
da Cunha
Carlos Alberto Ricardo
Heloisa de Souza Martins
Henrique Pereira Júnior

Marcus Vinícius Grod
Borges
Neide Esterci
Sérgio Alli
Vera Maria Masagão
Ribeiro
Xico Teixeira

Coordenador - Jether Pereira
Ramalho

Constituinte altera critérios para concessão de rádio e TV

O presidente da República terá que dividir com o Congresso o poder de conceder ou renovar concessões de rádio e televisão, que deixará de ser privativo do Poder Executivo. A Constituinte tomou a decisão por 443 votos contra oito e sete abstenções, dentro do acordo que possibilitou a votação de todo o capítulo referente a Comunicação da futura Constituição.

Os votos de dois quintos da Câmara dos Deputados e do Senado - 195 deputados e 28 senadores, na representação atual - poderão rejeitar a concessão ou a renovação. O Congresso terá 45 dias para votar o pedido enviado pelo presidente.

Os prazos de validade das concessões previstos no Código de Telecomunicações - dez anos para emissoras de televisão e 15 anos para emissoras de rádio - foram mantidos e incluídos no texto constitucional.

O deputado Antônio Brito (PMDB-RS),

que defendeu o acordo, disse que "acabou o monopólio da decisão de duas pessoas", referindo-se ao presidente da República e ao ministro das Comunicações, que dá parecer sobre as concessões.

Fim da censura

Qualquer tipo de censura à informação jornalística em qualquer veículo de comunicação está definitivamente afastada na futura Constituição, com a aprovação do capítulo referente à Comunicação. A manifestação do pensamento, da criação e expressão, bem como a informação, não sofrerão qualquer restrição e não poderá existir nenhuma lei que constitua "embaraço à plena liberdade de informação jornalística". No entanto, está garantido também que haverá uma lei para garantir às pessoas e às famílias a possibilidade de se defenderem de programas de rádio ou televisão, assim como da propaganda.

(JB - 25/05/88)

Segundo turno: Manter os avanços e buscar novas conquistas

Dentro de um mês, terminada a votação do Título VIII e das Disposições Transitórias e cumpridos todos os prazos para que tenha início a votação definitiva do projeto de Constituição, no segundo turno, a palavra não poderá transformar-se em personagem principal do drama constitucional. Inúmeros parlamentares defendem a tese de que, só cabendo emendas supressivas na nova fase, também essa palavra é possível de ser eliminada, alterando substancialmente os dispo-

sitivos emendados.

Esta é, no entanto, só uma das fórmulas estudadas pelo Centrão - o maior interessado no segundo turno pois perdeu significativas votações no primeiro - , pelo Governo e pelos "progressistas". Quem parece ocupar-se menos com possíveis supressões é a Liderança do PMDB. Um dos seus Vice-Líderes, Antônio Brito (RS), chega a dizer: "Ganhamos tudo. Vamos suprimir o quê?"

Direita ataca para mudar

O esquema mobilizado pelo governo federal envolve a análise pelos Ministérios dos pontos que o executivo julga necessário modificar. Feito isso, os parlamentares afinados com a posição do Governo receberão as emendas e as encaminharão à mesa. Em todo caso, as propostas principais são conhecidas: garantir

o mandato de cinco anos para o Presidente, alterar a reforma tributária que beneficia Estados e Municípios em detrimento da União e eliminar o turno de trabalho de seis horas corridas, que cria problemas operacionais, por exemplo, para a Petrobrás. (O Globo, 22/05/88)

Educação: verbas para escolas privadas

Constituinte amplia ensino público gratuito para todos os níveis

O texto sobre educação aprovado pela constituinte (que ainda pode sofrer supressões no segundo turno) garante a 'gestão democrática do ensino, na forma da lei' e a 'gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais' (art. 240). Pelo texto atual, o direito ao ensino gratuito só estava garantido no primeiro grau.

O dever do Estado é garantido no 'ensino fundamental obrigatório e gratuito, inclusive os que a este não tiveram acesso na idade própria' (art. 241), correspondendo ao atual primeiro grau. Para o ensino médio, o texto prevê a progressiva extensão da gratuidade e obrigatoriedade.

Os recursos públicos serão destinados as escolas públicas. Mas o texto abre exceções. Escolas 'comunitárias, confessionais ou filantrópicas' poderão receber recursos, desde que sejam 'não lucrativas', apliquem os excedentes financeiros, no ensino e quando dissolvidas, doem seu patrimônio a outra escola similar ou ao estado. Isso significa que escolas, faculdades e universidades católicas e protestantes, poderão receber recursos, assim como escolas mantidas pelas comunidades particulares nas cidades onde a oferta de vagas públicas é insuficiente.

Bolsa e financiamento Para escolas privadas

O poder público poderá dar bolsas para estudantes sem recursos em escolas

privadas, onde não existir oferta de vagas no ensino público. Poderá ainda financiar atividades de extensão e pesquisa em universidades, tanto públicas como privadas.

O texto garante a autonomia 'didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial' para as universidades (art. 247), mas o ensino e a pesquisa são 'indispensáveis'.

Uma outra modificação ocorre no financiamento: a união deveria destinar 18 por cento de sua receita (que fica menor do que atualmente pela nova organização tributária) ao ensino. Estados e Municípios deverão destinar 25% da receita. Despesas com merenda, saúde escolar e outras não sairão desse bolo, mas de 'contribuições sociais e outros recursos orçamentários' (art. 246), como o salário educação por exemplo, que foi transformado em matéria constitucional no artigo 250.

O ensino religioso (art. 243) será ministrado nos horários normais, mas a matrícula é facultativa. A língua do ensino é a portuguesa (art. 244), com exceção dos índios, que poderão 'utilizar sua língua materna e processos próprios de aprendizagem no ensino fundamental.

Acordo

O acordo foi aprovado por 443 contra 2 e 3 abstenções, dia 20/05/88, e resultou de acordo entre os deputados do 'Centrão' e o do 'Bloco Progressista'.

Grupos pressionam os constituintes

A votação do capítulo sobre educação da constituição foi marcada por forte pressão dos grupos interessados. Professores e estudantes mobilizados por suas entidades discursaram e gritaram pelo ensino público, procurando ocupar as dependências da câmara dos deputados. O dia 19/05/88 foi assumido como o dia nacional de defesa do ensino público, com

manifestações nos Estados e em Brasília, onde até crianças conduziram faixas e cartazes pelo ensino gratuito. Dono de escolas e religiosas cercaram parlamentares em "corredor polonês" nos acessos ao plenário. Cerca de 3.500 pessoas participaram diretamente das manobras e, no Rio, 3.000 estudantes fizeram uma longa passeata contra a privatização.

Mutuários vão mover ações contra aumento de 394%

Os mutuários do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), no Rio, decidiram que, a partir de junho, começarão a entrar em massa com ações na Justiça contra o aumento de 394% das prestações da casa própria em abril. A decisão foi tomada, em assembléia realizada na Uerj.

O índice, explica um dos membros da Coordenação dos Mutuários, o advogado Paulo Sérgio da Costa Martins, é ilegalmente cobrado pelos agentes financeiros, desrespeitando a vinculação dos reajustes das prestações aos acordos de trabalho dos mutuários. Ou seja, quem tem o

antigo Plano de Equivalência Salarial (e, portanto, tem contrato a 1984), só pode ter a prestação corrigida nos mesmos níveis do seu reajuste salarial no período. O que acontece hoje é que os reajustes vêm sendo feitos com base na variação da Obrigação do Tesouro Nacional (OTN).

Existem hoje no Brasil cerca de quatro milhões de mutuários, sendo que 80% do total de financiamentos concedidos estão concentrados no mês de julho. É que os contratos anteriores a 1984 tinham reajuste anual e, na maioria dos casos, em julho. (O Globo, 20/05/88).

Associação de donas de casa fixam preço da cesta básica

A Delegacia Regional da Sunab em Minas, a Associação Mineira de Supermercados (Amis) e o movimento das donas-de-casa divulgaram dia 20 uma lista com os preços máximos de 20 produtos (alimentação, higiene pessoal e limpeza) que poderão ser praticados em 360 supermercados da região metropolitana de Belo Horizonte. A lista terá validade até o próximo dia 31, durante dez dias, quando será substituída por outra, com os ajustes de preços necessários e de mesmo período de validade.

Segundo o delegado da Sunab, Ronan Andrade, a lista da cesta básica é resultado de um acordo que vem sendo negociado há 45 dias entre o movimento das donas-de-casa e a Amis, com imediação da Sunab. "Apesar de os preços ainda não serem os ideais, é o primeiro passo dado por um segmento empresarial para estabe-

lizar o mercado", disse Andrade.

O presidente da Amis, Antonio Eustáquio Campanário, disse que a lista estará em vigor nos 360 supermercados associados da entidade, mas ele acredita que outros irão aderir ao movimento. Para elaboração da lista, foi levado em conta o preço que está sendo praticado pelos supermercados, atacadistas e indústrias e os estoques de cada empresa. Campanário citou o exemplo do óleo de soja, que os supermercados estão vendendo a CZ\$ 79,00 a lata. Como os atacadistas estão vendendo a CZ\$ 95,00 e a indústria a CZ\$ 100,00, o preço máximo ficou em CZ\$ 95,00.

O delegado da Sunab disse que o período de validade da lista poderá ser estendido para 15 dias, mas, dependerá das negociações entre supermercados e atacadistas. (Folha SP, 21/05/88)

Petroquímica vai pagar URP

Os 1.300 empregados da Petroquímica União, subsidiária da Petrobrás, em Santo André, foram beneficiados dia 18 por liminar que suspende o congelamento da URP decretado no último pacote econômico do governo. A juíza Mércia Tomazinho, da 3ª Junta de Conciliação e Julgamento de Santo André, despachou dia 18 a liminar, na presença de representantes da Empresa e dos Trabalhadores. Ela concedeu um prazo máximo de 48 horas para que a Petroquímica pague aos empregados, através de folha de pagamento suplementar, os 16,19% correspondentes à URP de abril aplicados sobre o salário de março, e mais 16,19% sobre o valor acumulado para repor as perdas de abril.

No último dia 11, a juíza havia estipulado um prazo para interpelação à indústria, o que foi interpretado erroneamente pelo sindicato da categoria como

uma negativa da justiça em conceder a liminar.

Agenor Narciso, presidente do Sindicato dos Químicos do ABC, retificou a informação e acrescentou que não acredita que a Petroquímica vá recorrer à instâncias superiores.

Demissões

A Philips do Brasil demitiu dia 18 de sua fábrica em Santo André 20 funcionários, de um total de 1.500. A empresa não se pronunciou a respeito das demissões, mas segundo o Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André o corte de pessoal vem obedecendo à necessidade de ser reduzida a produção, devido à crise no setor de eletro-eletrônicos. (O E.S.P. - 19/05/88)

TRT do Rio julgará suspensão da URP para funcionalismo

O Decreto nº 2.425, que congelou a URP de abril e maio do funcionalismo público e empregados de empresas estatais, vai ter sua constitucionalidade julgada pela primeira vez, na próxima quinta-feira, pelos 27 Juízes do Tribunal Regional do Trabalho do Rio. O julgamento foi solicitado pelo Juiz do Tribunal, Azulino de Andrade, e aprovado pelo 2º Grupo de Turmas do TRT por 14 votos contra um, do Juiz Feliciano Neto (o mesmo que cassou a liminar dada aos empregados do Lloyd Brasileiro).

Se os Juízes do TRT do Rio julgarem

o decreto inconstitucional, a decisão não implicará na aprovação de todas as ações que entram no Tribunal contra o congelamento da URP mas vai certamente influenciar os próximos julgamentos nesse sentido.

Os Juízes das Juntas de Conciliação e Julgamento do Tribunal Regional do Trabalho do Rio já concederam quase 20 liminares contra o congelamento da URP e apenas dois juízes do Tribunal (de nível superior) cassaram essas liminares (empregados do Lloyd Brasileiro e Petroquímica). (O Globo, 20/05/88)

Presidente do TST se nega a ouvir sindicalistas da CUT e CGT

O Ministro Washington Bolívar, no exercício da Presidência do Tribunal Federal de Recursos (TFR), se negou a receber representantes da CUT e da CGT que queriam conversar sobre as questões dos processos contrários ao decreto que congelou a URP para os servidores públicos e das empresas estatais. O Ministro, que

está ocupando a Presidência do TFR no lugar de Evandro Gueiros Leite, que se encontra na Itália, disse que não vê sentido em receber os trabalhadores para ouvir esclarecimentos que somente podem ser dados nos autos dos processos que estão sub-judice no Tribunal. (O Globo - 20/05/88)

Caminhoneiros e empregados em supermercados suspendem greve

Os supermercados do Rio aceitaram dar o aumento salarial de 400% reivindicado pelos comerciários e fecharam acordo, dia 18, durante reunião de conciliação no Tribunal Regional do Trabalho (TRT) com a categoria, que decidiu suspender a greve que mesmo com pouca adesão, conseguiu reduzir o faturamento das empresas. Os empregados também pediam piso salarial de CZ\$ 11.836 (dois salários de referência) para novos contratados mas as empresas somente aceitaram pagar piso de CZ\$ 10,060,60 (1,6 salário de referência), assim mesmo excluindo a mão-de-obra não qualificada (serventes, carregadores e empacotadores), o que acabou sendo aceito pelos

empregados.

Também os caminhoneiros decidiram, em assembléia, suspender a greve que iniciaram segunda-feira passada, e aceitar a proposta do Sindicato das Empresas de Carga do Município do Rio de Janeiro (Sindicarga) de equiparar ao salário de motorista de ônibus (CZ\$ 41.120,) somente os de motoristas de carretas.

Os de carga receberão CZ\$ 31.590, os de caminhonetes CZ\$ 25.270, e os ajudantes CZ\$ 17.269,. As empresas não vão descontar os dias parados mas podem demitir os grevistas que forem responsabilizados por danos causados aos caminhões durante a greve. (O Globo, 19/05/88)

Grevistas da Saab-Scania reivindicam aumento de 18,5%

A Saab-Scania do Brasil está com sua produção de veículos paralisada desde às 11 horas da última quarta-feira, quando 450 horistas das linhas de montagem de chassis, motores e cabines entraram em greve por tempo indeterminado, reivindicando aumento salarial de 18,5%.

Por causa do movimento, a Scania já deixou de fabricar pelo menos 40 caminhões e ônibus. A greve localiza-se em setor estratégicos da empresa e impede a saída do produto final da linha de montagem.

Os grevistas reivindicam reclassificação da faixa salarial dos horistas da categoria 5, de CZ\$ 211,34 para CZ\$

250,55 a hora, o que representaria um aumento salarial de 18,5%. A Scania produz em média 26 veículos/dia e conta com um total de 3.300 funcionários, dos quais 2.200 horistas. A empresa se manifestou surpresa com a greve, alegando que já tinha recebido um pedido formal da Comissão de Fábrica e vinha estudando o assunto desde o último dia 9.

A posição da Scania, no momento, é de não pagar as horas paradas e não retomar as negociações enquanto perdurar o movimento. Segundo a empresa, ainda não é possível avaliar os prejuízos decorrentes da greve. (O Globo, 20/05/88)

Professores explicam greve à população baiana

Professores da rede estadual - em greve há uma semana - fizeram manifestações na Praça da Piedade, no Centro de Salvador, explicando à população os motivos da paralisação. A greve atinge a quase totalidade dos 60 mil professores, deixando cerca de 2,5 milhões de alunos sem

aulas em todo o Estado.

Eles reivindicam 142 por cento de reposição salarial, imediata aplicação do Plano de Carreira do Magistério, regularização de professores não licenciados e a demissão da Secretária de Educação, Mariagusta Rocha. (O Globo, 19/05/88)

Acontecendo

"Chatice"

Na última terça-feira, o deputado Aloísio Vasconcelos (PMDB-MG) esteve com Sarney e pediu a revogação do decreto que obriga as pessoas que têm mais de uma fonte de renda a fazer declaração de rendimentos trimestrais.

"É uma chatice esse declaração trimestral", disse Sarney, prometendo analisar o assunto com Mailson da Nóbrega. (Painel FSP, 19/05/88)

"Leão" trimestral

As esperanças caíram por terra: Sarney acatou as ponderações da área econômica e decidiu não suprimir ou adiar a cobrança do imposto de renda trimestral.

Assim, quem recebe mais de CZ\$ 300 mil mensais, de mais de uma fonte, tem até o próximo dia 25 para prestar contas ao "leão", sob pena de juros, multas e correção monetária. (Painel FSP, 20/05/88)

Nunca mais

O reitor Ivo Barbieri decidiu abrir os arquivos confidenciais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro aos pesquisadores com projetos de resgate da memória da Uerj.

A "glasnost" inclui a documentação sobre a aplicação do Decreto 477 - criado pela ditadura militar para afastar da Universidade opositores do governo - e do AI-5. (Informe JB, 20/05/88)

Tudo em abril

O deputado Saulo Queiroz (PFL-MS) tem um projeto propondo eleições gerais em abril.

O projeto tem apoio à esquerda e à direita.

Até quatroanistas da dissidência do PMDB prometeram apoiar a proposta, principalmente se não for aprovado quatro anos para Sarney nas Disposições Transitórias do Congresso Constituinte. (Painel FSP, 14/05/88)

Advertência de Ulysses

Irritado com as pressões que a cúpula do PFL vem fazendo para o afastar Renato Archer do Ministério da Previdência Social, Ulysses Guimarães já fez chegar ao Planalto a advertência: se a permanência de Archer no cargo desagrade a 12 constituintes pefelistas, como diz o líder José Lourenço, sua saída não deixará satisfeita a bancada ulyssista, muito mais numerosa. (Painel FSP, 20/05/88)

Novo massacre

Um novo massacre contra índios da Amazônia ocorreu no início desta semana: garimpeiros invadiram a aldeia dos urubutheri, ramo dos outrora ianomami, e mataram oito índios, entre adultos e crianças.

A Polícia Federal foi deslocada para a região, na divisa entre Amazonas e Roraima. (Painel FSP, 20/05/88)

CUT X UDR

O deputado José Genoíno (PT-SP) interrompeu a sessão matutina do dia 18 na Câmara para informar que reitores de universidades estavam sendo barrados na portaria do Congresso. Os reitores foram a Brasília para fazer lobby pelo ensino gratuito.

Gastone Righi (PTB-SP) disse que os barrados eram os "canalhas da CUT".

"Canalha é a Mesa desta Casa, que abre as portas para a UDR e barra os reitores", respondeu Genoíno. (Painel FSP-19/05/88)

Vagas à vista I

Quércia está criando mais uma estatal: é a Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos, ligada à Secretaria de Negócios Metropolitanos. (Painel FSP - 19/05/88)

Vagas à vista II

A nova estatal do governo paulista, a Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos, terá 1.045 funcionários e entrará em operação em outubro.

Do total de funcionários, segundo a Secretaria de Negócios metropolitanos, 418 virão do Metrô e 623 serão contratados.

Os quatro restantes são diretores, com salários mensais de CZ\$ 343 mil. (Painel FSP, 20/05/88)

Denúncia

O Sindicato dos Metalúrgicos de Betim (MG) denunciou ao ministro Almir Pazianotto: a Fiat não está pagando o adicional de insalubridade aos seus operários e demitiu 1.200 que moveram processo judicial para receber esse direito. (Painel FSP, 20/05/88)

Moralização

O Tribunal de Contas da União resolveu encarar a batalha pela redução do déficit público e moralização administrativa.

Decidiu, que todos os funcionários do governo federal que estão morando nos hotéis de Brasília, por conta do contribuinte, terão 30 dias para mudar de endereço. (JB, 20/05/88)

Indigência política

Silvio Santos não tem maiores preocupações em reconhecer que não sabe absolutamente nada de política.

"Você me desculpe a franqueza mas eu nunca leio nada sobre política", disse a um deputado com quem se reuniu há algumas semanas.

O que mais impressionou esse deputado é que o apresentador de TV, provável candidato a prefeito de São paulo, chama "Câmera" Municipal. (Painel FSP, 19/05 / 88)

Festa na lagoa

Do deputado Paulo Delgado (PT-MG), explicando o voto de seu partido favorável à nova regulamentação das eleições municipais:

"O PT engoliu o sapo para ter festa na lagoa."

Depois, explicou: o sapo é o critério proporcional de divisão do tempo na propaganda gratuita de rádio e TV; a festa é a realização das eleições neste ano; e a lagoa é o Braisl. (Painel FSP - 19/05/88)

Organização

Beto Freire (PCB-PE) desembarcou sexta-feira visivelmente constrangido no aeroporto dos Guararapes, em Recife, em meio a dezenas de políticos do Centrão que chegavam para o jantar a Ricardo Fiuza.

"A direita se organiza em tornos de comes e bebes", comentou irônico. (Painel FSP, 22/05/88)

Contra o fumo - 1

O cartunista Ziraldo acaba de ser premiado pela Organização Mundial de Saúde de pela série de "posters" que confeccionou para o Programa Nacional de Combate ao Fumo ("fumar é cafona", "fumar é patético", "fumar é de mau gosto").

Segundo o OMS, foi "uma produção artística que, com um toque brilhante e exótico, desfaz o mito do glamour do tabaco".

Contra o fumo - 2

Também foram premiados Fidel Castro, que parou de fumar para dar exemplo aos cubanos; o ex-presidente da Venezuela, Carlos Andrés Peres, que proibiu o fumo em seu gabinete; o ator Yul Brinner, que antes de morrer de câncer no pulmão, em 1985, gravou um depoimento condenando o fumo; e a empresa aérea soviética "Aeroflot", que desde 1978 não permite o fumo em seus vôos domésticos. (painel FSP - 21/05/88)

Chilenas pedem campanha por preso condenado à morte

As chilenas Eliana Palma e Patrícia Celis deixaram dia 20 o gabinete do presidente do Congresso constituinte, deputado Ulysses Guimarães, convencidas de que conseguiram um importante aliado para a causa que as trouxe ao Brasil: a campanha pela comutação da pena de morte em asilo político para Carlos Araneda Miranda, 39 anos, primo de Patrícia, Jorge Palma Donoso, 38, irmão de Eliana, e Hugo Maschant Moya. "Elas têm meu apoio", confirmou Ulysses, mais tarde. "A pena de morte, especialmente por razões políticas, não existe mais no mundo moderno".

Miranda, Palma e Moya foram presos pela Polícia chilena em setembro de 1983, acusados de envolvimento na morte

do coronel Carlos Urzua e dois guardacostas. Os três detidos são membros do MIR (Movimento da Esquerda Revolucionária), que atua na clandestinidade contra o regime do presidente Augusto Pinochet.

No dia 28 de novembro de 1986, a Justiça chilena condenou os ativistas à morte. A defesa recorreu e a decisão em segunda instância deverá ser tomada nos próximos dias, provavelmente nesta sexta-feira. "É nossa última chance", disse Eliana, solicitando a presença de observadores internacionais no julgamento.

No congresso Nacional, cerca de 350 parlamentares assinaram um documento em favor da comutação da pena de morte em asilo político. (Folha SP, 21/05/88)

URSS quer limitar mandatos

Os dirigentes do Partido Comunista da União Soviética poderão vir a ocupar seus cargos por um prazo máximo de cinco anos, com a possibilidade de uma única reeleição. Este foi um dos pontos centrais de uma resolução aprovada no dia 23, pelo plenário (de 300 membros) do Comitê Central do PCUS, segundo afirmou, em Moscou, Karl Vaino, dirigente do PC da Estônia (uma das 15 repúblicas soviéticas). A resolução do CC, que estabelece

medidas de democratização do PCUS e a realização de profundas reformas econômicas, será apresentada à Conferência Extraordinária do partido, convocada para o dia 28 de junho. Em entrevista concedida recentemente a uma revista soviética, o secretário-geral do PCUS, Mikhail Gorbatchev, 57, afirmou ser favorável à limitação de mandato para os cargos de todos os níveis incluindo o seu próprio, o mais importante.

Papa fala de liberdade para oposição paraguaia

Não é possível falar de uma verdadeira liberdade e menos ainda de democracia, onde não existe a participação real de todos os cidadãos, para poder tomar as grandes decisões que afetam a vida e o futuro da Nação". Este é um trecho do discurso de despedida do Papa João Paulo II antes de deixar o Paraguai, após visita pela América do Sul.

O curto período no país dominado pela ditadura de Stroessner foi marcado por momentos de tensão, mas o encontro com a oposição paraguaia foi mantido, apesar da ameaça de cancelamento feita pelo governo. Cerca de quatro mil pessoas

tiveram uma chance inédita: de ter a voz da oposição transmitida em cadeia nacional de rádio e TV, através dos militantes do Movimento Construtores da Sociedade.

A televisão católica paraguaia transmitiu todo o encontro, deixando, no entanto, de focalizar os cartazes em que se liam inscrições como: "O povo está oprimido", "Queremos liberdade e democracia". Os telespectadores puderam ver, contudo, milhares de participantes com punhos erguidos, com lenços amarrados e mordida na boca.

D. Luciano se despede de São Paulo com missa na Sé

O presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e ex-bispo auxiliar da região episcopal do Belém, zona leste paulista, d. Luciano Mendes de Almeida, fez sua despedida da Arquidiocese de São Paulo com uma missa celebrada na Catedral da Sé, na festa litúrgica do Espírito Santo. D. Luciano foi nomeado arcebispo de Mariana (MG) pelo papa João Paulo II, no início do mês passado. A sua posse em Mariana está marcada para o próximo dia 28, às 15h, na catedral local, com a leitura do decreto pontifício de nomeação. A primeira recepção a d. Luciano em Minas Gerais acontecerá no próximo dia 27, às 15h, no aeroporto de Belo Horizonte.

Da capital mineira, d. Luciano vai para Ouro Preto, fazendo, em seguida, uma visita à igreja de Nossa Senhora da Boa Viagem, em Itabirito (MG), repetindo o itinerário feito pelo primeiro bispo de Mariana, d. frei Manuel da Cruz, em 1745. A Arquidiocese de Mariana fará uma recepção solene a d. Luciano no dia 27.

Um balanço do trabalho de d. Luciano em São Paulo foi feito em um seminário realizado semana passada, no Centro Pastoral São José, no Belém.



D. Luciano Mendes de Almeida, presidente da CNBB

A lista tríplice com os nomes preferidos pelo cardeal arcebispo paulistano, d. Paulo Evaristo Arns, e seus bispos auxiliares, para a escolha do novo bispo auxiliar da região de Belém, está sendo examinada pela Congregação Vaticana para os Bispos, um dos organismos da Cúria Romana. Os nomes serão encaminhados para a escolha definitiva do papa pelo prefeito dessa congregação, cardeal africano Bernardin Gantin, depois de ouvir o parecer de uma comissão cardinalística. Além dos votos de d. Paulo e de seus auxiliares, o voto do nuncio apostólico em Brasília, d. Carlo Furno. (Folha SP 21/05/88)

Católicos e Luteranos buscam unidade cristã

A Federação Luterana Mundial e o Secretariado para a Unidade dos Cristãos, da Santa Sé, acertaram a realização de encontros regulares no futuro entre si, além da formação de um grupo de trabalho que se ocupará da elaboração de documentos a serem estudados a nível comunitário. Esta foi uma das conclusões do recente encontro entre as duas denominações cristãs, quando da visita da Federação Luterana Mundial (FLM), encabeçada pelo seu Bispo Joannes Halselman, ao Vaticano.

A ampliação do diálogo católico-lu-

terano foi constatado como uma realidade hoje, existindo um clima ecumênico favorável. A partir da produção de documentos pela Comissão Mista Evangélica Luterana-Católica Romana, concluíram que para um bom desenvolvimento das relações entre as duas confissões o tratamento conjunto deveria ser ampliado, incluindo também questões de cunho moral e social de alcance para todos os cristãos. O diálogo teológico entre as duas denominações concentra-se hoje na questão da compreensão da Igreja, dos sacramentos e da justificação. (Informe IECLB, abril/88)

Dois mil posseiros ocupam 15 terrenos na Zona Oeste

Mais de 15 terrenos foram invadidos durante a madrugada e manhã do dia 19 na Zona Oeste do Rio. Para o administrador Regional de Bangu (17ª RA), Paulo Alvarenga, que acusa um grupo organizado de estar por trás das invasões com a colaboração da Federação das Associações de Moradores do Rio de Janeiro (Famerj), a si

tução é incontrolável. Os vice-presidentes da Famerj, Beto Matos, o Beto Caucau, Hélio Ricardo, se reuniram com os cerca de dois mil posseiros do terreno da Rua Manoel Nogueira de Sá, em Realengo, e recomendaram que eles construam seus barracos em dois dias. (O Globo - 20/05/88)

Conflito impede assentamento

Seis integrantes da família Mattione, todos eles armados, impediram que dez famílias de agricultores da Fazenda Annoni, em Sarandi/RS, tomassem posse de uma área de 157 hectares, a eles destinada pelo Governo estadual. A propriedade fica em São Luiz Gonzaga, e está ocupada pelos granjeiros Antônio e João Mattione, que alegam serem os donos da área.

Diante da atitude dos granjeiros os colonos foram instalados numa fazenda próxima, onde ficarão até que se chegue à solução do impasse.

A posse da área de 157 hectares é uma questão complicada e antiga, cuja história começa com a morte do proprietário, em 1964. Não havendo herdeiros, o Estado passou a reivindicar seu direito de posse e, de fato, apropriou-se da terra, então com mil hectares, naquele mesmo ano.

Depois de sucessivas negociações, a

área ficou reduzida às dimensões atuais. Nos últimos anos, os irmãos Mattione adquiriram terras próximas. Agora eles reivindicam também o direito sobre os 157 hectares da gleba original.

O Delegado do Mirad, Mário Bertani, evitou comentar o incidente, limitando-se a afirmar, de forma lacônica, que os colonos foram encaminhados àquela área porque ela pertence ao Estado.

Enquanto isso, uma comissão de agricultores de São Valentim embarcavam para Brasília, para uma audiência com o Ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves. Eles vão pedir o cancelamento do decreto que autorizou a Hidropan a estudar a possibilidade de construir uma usina hidrelétrica no Rio Caxambu, na divisa dos municípios de Ijuí e Panambi, a 415 quilômetros da Capital. Segundo os colonos, a obra provocaria a inundação de suas terras.

Desaparecimento de garimpeiros mobiliza Anistia Internacional

A Anistia Internacional exigirá a apuração de responsabilidades sobre o desaparecimento de 70 garimpeiros de Serra Pelada, após o confronto entre a Polícia Militar do Pará e dois mil manifestantes, que bloquearam uma ponte sobre o Rio Tocantins em 29 de dezembro do ano passado, em protesto contra as más condições do garimpo. O incidente consta de um relatório publicado em março pela en-

tidade, em Londres.

Segundo o documento, a PM investiu contra a multidão após fechar as duas saídas da ponte, sem aviso prévio. Vinte manifestantes teriam se jogado no Rio Tocantins, de uma altura de 70 metros. Em março, o Governo do Pará e o Conselho dos Direitos do Homem, ligado ao Governo federal, iniciaram investigações sobre o incidente.

Seringueiros se preparam contra ameaças de pecuaristas

Vai haver conflitos sérios entre pecuaristas e seringueiros, na região do Xapuri, no Acre. O alerta foi dado dia 17 pelo líder sindical dos seringueiros, Francisco Mendes, diante da insistência dos pecuaristas em "colocar fogo no Seringal Cachoeira, de 37 mil hectares, para a formação de pastos".

Francisco Mendes, conhecido como Chico Seringueiro, se diz ameaçado de morte por fazendeiros interessados no desmatamento indiscriminado para a formação de fazendas de gado. Segundo ele, o grupo de pecuaristas, liderado pelo fazendeiro Darli Alves, teria contratado mais de 30 jagunços do Paraná para colocar fogo no seringal de Cachoeira, mas cerca de 180 seringueiros se uniram e fizeram acampamentos na área para impedir o desmatamento.

"Esse grupo de pecuarista foi queixar-se ao governador do Estado, e, já no dia 26 de abril, sofreu ameaças, em minha residência, por parte do grupo de jagunços que tem vinculação com a Polícia Estadual", disse.

Chico Seringueiro, que recebeu o prêmio Global 500, da Organização das Nações Unidas, pela sua luta em defesa do meio ambiente e dos seringais, lembra que o Banco Mundial está condicionado a liberação de novos recursos para a construção da BR-364, que ligará Rio Branco-Porto Velho a Goiânia, à prevenção de florestas. Isso porque os técnicos e ecologistas internacionais observaram que 22% das terras de Rondônia já estão abandonadas por serem improdutivas. (O ESP, 18/05/88)

“Marcha” de agricultores reúne cinco mil no Sul

No primeiro dia da "Marcha do Campo", dia 17 de maio, cinco mil agricultores percorreram gabinetes oficiais de Porto Alegre para reivindicar a liberação de recursos para os atingidos pela seca do último verão e melhorias no sistema de saúde no interior do Rio Grande do Sul.

Os colonos começaram a chegar na Assembléia Legislativa nas primeiras horas da manhã. Depois, vigiados por cerca de cem policiais militares, foram a pé até o Centro Administrativo do Estado. Ao chegarem, os portões foram fechados, embora os agricultores tivessem audiência marcada com o Secretário interino da Saúde, Mário Bernad.

Depois de autorizados a entrar, eles receberam do Secretário a promessa de que serão apuradas as denúncias de médicos continuam cobrando consultas pelo atendimento a segurados do Inamps.

Em seguida, foram até a sede do Banco Central, onde denunciaram ao Superintendente regional, José Evangelista de Souza, que agências do interior não estão liberando recursos para os atingidos pela seca do verão. Os colonos também foram à Delegacia estadual do Ministério da Reforma Agrária para reivindicar o assentamento imediato de quase três mil famílias.

Ao resunir-se com o Governador Pedro Simin, a comissão de produtores reivindicou que o crédito de emergência do governo aos atingidos pela seca não tenha correção monetária. A resposta, porém, foi negativa.

Os agricultores ainda tentarão negociar com o governo. Se as negociações fracassarem, eles prometem bloquear novamente as agências bancárias. (O Globo - 18/05/88).

Mirad desapropria castanhais

O Ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário, Jäder Barbalho, participou em Marabá, da assinatura das escrituras de desapropriação definitiva de diversas áreas do chamado "Polígono dos Castanhais", no Sul do Pará, que somam quase 200 mil hectares, segundo o Delegado substituto do Mirad em Belém, Henrique Santiago.

Foram repassados para a União através do Mirad, entre outros, importantes castanhais onde já ocorreram conflitos de terra, como o Pau Preto, do ex-Deputado do Azziz Mutran, de 3.600 hectares; Fortaleza 1, Fortaleza 2, José Leandro, Lagoa Bonita, Pedra Branca e Sacrifício, do fazendeiro Almir Moraes, com 19.858 hectares; e Boca do Cardoso, Lajedo, Pi-

mentinha, da firma Benedito Mutran, com um total de 15.987 hectares.

Segundo o Delegado adjunto Henrique Santiago; logo após a transferência das terras para o Mirad, o órgão vai firmar convênio com o Governo do Estado do Pará para a execução de um projeto integrado de assentamento de colonos, bem como para a manutenção de projetos de extrativismo de castanha.

A desapropriação dos castanhais, a CZ\$ 10 mil por hectare, segundo o Delegado do Mirad, Ronaldo Barata, resolve o antigo problema do latente conflito de terra em áreas de grande produtividade de castanha no Sul do Pará. (O Globo - 21/05/88)

III Romaria da Terra

As Romarias da Terra existem no Brasil desde a época colonial. Foram muito importantes na evangelização, principalmente das populações do interior do país. Há mais ou menos treze anos, dada a situação desastrosa da política agrícola no Brasil, ressurgiram no Rio Grande do Sul as Romarias (caminhadas) da Terra, buscando os sofrimentos e vitórias do homem do campo, denunciar as injustiças (violências no campo) e aumentar a solidariedade entre os lavradores e todas as camadas da população, numa grande

mobilização pela Reforma Agrária.

A Comissão Pastoral da Terra (CPT), Regional do Rio de Janeiro, está preparando a sua III Romaria para o próximo dia vinte e um de agosto. No ano passado, participaram aproximadamente 20 mil pessoas e para este ano se espera um número maior.

A realização da Romaria será no Mutirão do Sol da Manhã, em Itaguaí, sendo o tema: "Terra, negro, Libertação" e o lema: "Da Terra Escrava Brota um Clamor de Justiça".



Assine a Revista

tempo e presença

Publicação mensal do CEDI, com temas da atualidade analisados na perspectiva do ecumenismo comprometido com os movimentos populares.

Assinatura anual:

CZ\$ 700,00

Assinatura de apoio:

CZ\$ 1000,00

América Latina: US\$ 60 América do Norte: US\$ 60 Europa, África e Ásia: US\$ 90

Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ CEP: _____ Est.: _____

Telefone: _____ Profissão: _____ Idade: _____

Faça sua assinatura através de cheque nominal para o CEDI — Centro Ecumênico de Documentação e Informação — Av. Higienópolis, 983 — 01238 — São Paulo — SP.

Funai confirma denúncias contra Operação Anchieta

O presidente da Funai, Romero Jucá, confirmou que pediu a uma comissão o levantamento de dados sobre a conduta moral de missionários da Operação Anchieta, que trabalham no Parque Arapuanã - área indígena dos Cinta-larga - no Mato Grosso, cumprindo uma averiguação de praxe do órgão, "sem intenção deliberada de ofender pessoas ou entidades específicas".

A afirmação foi feita durante audiência de julgamento do processo de queixa-crime por calúnia, injúria e difamação movido pela indigenista Inês Hargreaves, acusada pela Funai de incitamento de garimpeiros e de manter relações sexuais com índios da área onde atua desde 1982.

Jucá solicitou apuração dos fatos somente depois que a Funai distribuiu nota à imprensa no dia 7 de março passado, baseando-se em documentos arquivados desde 1983, cuja assinatura o órgão atribuiu a indígenas.

Segundo o advogado de defesa da indigenista, Luiz Eduardo Greenhaigh, o presidente da Funai demonstrou clara intenção de caluniá-la ao republicar um documento arquivado pelo órgão desde 1983 - assinado por garimpeiros - como se o tivesse recebido naquele momento. Inês Hargreaves, que é integrante da Operação Anchieta disse que a acusação "demonstra a depreciação do trabalho indigenista em nível baixo de informação que só reflete a decomposição da dignidade do poder público".

"É um golpe no baço, para quem já teve um monte de malária" - disse a indigenista, acrescentando esperar que Jucá seja condenado com o maior rigor pelo juiz.

O ex-presidente da Funai, Apoena Meirelles, que depôs como testemunha de Inês, disse ter ficado "estarecido" com a acusação publicada na imprensa, que classificou de "torpe". (O ESP, 21/05/88)

Garimpeiros derrotam militares na terra Yanomani

Na sua primeira investida contra a infiltração de milhares de garimpeiros nas terras dos índios yanomani em Roraima, realizada no final de março, o Comando Militar da Amazônia conseguiu deter e mover pouco menos de 200 invasores. Na semana passada, o Exército e a Aeronáutica decidiram deslanchar uma operação de guerra para limpar a reserva yanomani

com o envio de quatro helicópteros, três aviões de transporte Buffalo e centenas de soldados a fim de ocupar a região e interditar todas as pistas de pouso clandestinas. Para garantir a vitória, o Exército pretende deslocar para Roraima um pelotão de especialistas em guerra na selva do 2º Batalhão de Infantaria de Selva, sediado em Belém. (Veja, 24/05/88)

Portaria Interministerial dá posse aos índios Guajá

A área indígena Awá no município de Garutapera (MA) foi declarada de posse permanente dos índios Guajá, segundo a Portaria Interministerial número 76, de 3 de maio deste ano, assinada pelos ministros João Alves Filho, do interior, e Jader Barbalho, da Reforma Agrária.

De acordo com a portaria, a Funai terá que promover a demarcação administrativa, para posterior homologação pelo Presidente da República. A confirmação da portaria interministerial foi publicada no diário Oficial do dia 6 de maio. (O ESP - 12/05/88)

Mais um Tikuna morto em Benjamin Constant

O índio Tikuna Francisco Otaviano Carneiro foi encontrado morto dia 20 no rio Javarizinho, próximo a Benjamin Constant (AM). De acordo com informações dos índios, haviam marcas de pancadas na cabeça de Otaviano. Este é 15º Tikuna morto em menos de dois meses. (Folha SP, 21/05/88)

Novo massacre de índios na Amazônia mobiliza lideranças

Na véspera da votação do capítulo sobre os índios, a notícia de um novo massacre mobilizou lideranças e a Polícia Federal no Acre. Foi no início da semana passada, na Grota Tarzã, garimpo paapiu, na região de Couto Magalhães. As primeiras informações davam conta de que cerca de oito índios foram mortos por garimpeiros na Maloca de urubu-Tere. Este número, no entanto, pode ser bem maior,

segundo um garimpeiro que relatou o fato.

A Funai desmente. Se o funcionário na região diz que o conflito ficou apenas em ameaças dos garimpeiros aos índios. Um garimpeiro, no entanto, que pediu para não ser identificado, disse que a intenção era de matar todos os índios da maloca (cerca de 35) mas alguns fugiram, não sabendo precisar quantos foram mortos.

Índios Makuxi denunciam violências para americanos

O índio Gilberto makuxi, da aldeia Raposa Serra do Sol, em Roraima, está com medo de voltar para o Brasil: "Serei preso ou morto por causa das denúncias de violência contra a tribo que tenho feito nos Estados Unidos" disse ele.

Gilberto está em Washington dizendo a universitários, índios americanos, ambientalistas do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento, deputados e advogados da Anistia Internacional, que 20 mil índios makuxi têm sido perseguidos e presos pela polícia a pedi-

do de fazendeiros e garimpeiros que querem ficar com suas terras.

Depois de relatar uma série de episódios envolvendo polícia, garimpeiros e índios; Gilberto disse que a última arbitriedade contra os makuxi foi no dia 19 de abril, Dia do Índio, quando 66 deles foram presos e 11 continuam até hoje na Penitenciária de Boa Vista. Dias depois, houve outro ataque dos brancos, só que na aldeia Carapuru, e 115 índios foram presos. (O ESP, 12/05/88)

Mais violência contra Yanomani

Novo conflito entre índios aconteceu no início do mês, segundo denúncias recebidas pelo administrador da Funai, Glênio Alvarez. Desta vez foi na Serra do Urucuzeiro, na cabeceira do rio Mucajai, fronteira com a Venezuela, e dois dias de viagem a pé do posto indígena do Surucucu. Neste conflito, uma índia te-

ria sido ferida e estaria com estilhaços de chumbo de espingarda por todo o corpo. Além dela, mais três índios teriam sido espancados por garimpeiros até perderem a consciência. A Funai deverá investigar. (notícias extraída do jornal A Crítica, de Roraima, em 6/5/88).